



SAÚDE DA MULHER: PAPEL DO ENFERMEIRO JUNTO À COMUNIDADE PARA O COMBATE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

WOMEN'S HEALTH: THE ROLE OF NURSES IN THE COMMUNITY TO COMBAT OBSTETRIC VIOLENCE

DOI: 10.5281/zenodo.10346635

Nathalia Ferreira De Vasconcelos¹

RESUMO: A violência obstétrica, uma forma de abuso durante o atendimento à gestante, impacta negativamente a experiência das mulheres, afetando tanto a saúde física quanto emocional. Baseando-nos em autores como Gomes et al. (2014), Júnior et al. (2015), Mariani e Neto (2016), e Pereira et al. (2016), este trabalho realizou uma Revisão Narrativa com 15 artigos, publicados entre 2020 e 2023 em português, com o objetivo de identificar como tem sido discutida, nas produções científicas atuais o papel do enfermeiro contra a violência obstétrica. A análise destaca a ligação da violência obstétrica a fatores sociais e enfatiza a importância do enfermeiro na assistência às gestantes. Conclui-se que a formação adequada desses profissionais, compreendendo a fisiologia do parto, adotando práticas centradas na mulher e desenvolvendo habilidades de comunicação, é crucial para garantir uma experiência de parto respeitosa e segura.

Palavras-Chave: Obstetrícia. Assistência ao parto. Humanização do parto. Intervenções obstétricas. Direitos reprodutivos.

ABSTRACT: Obstetric violence, a form of abuse during the care of pregnant women, negatively impacts the experience of women, affecting both physical and emotional health. Based on authors such as Gomes et al. (2014), Júnior et al. (2015), Mariani and Neto (2016), and Pereira et al. (2016), this work conducted a Narrative Review with 15 articles, published between 2020 and 2023 in Portuguese, with the objective of identifying how the role of nurses against obstetric violence has been discussed in current scientific productions. The analysis highlights the link between obstetric violence and social factors and emphasizes the importance of nurses in the care of pregnant women. It is concluded that the adequate training of these professionals, understanding the physiology of childbirth, adopting woman-centered

¹ Graduanda em Bacharelado em Enfermagem pela Universidade Paulista - Campus Garanhuns. E-mail: nathlia933@gmail.com.



practices, and developing communication skills, is crucial to ensure a respectful and safe birth experience.

Keywords: Obstetrics. Childbirth assistance. Humanization of childbirth. Obstetric interventions. Reproductive rights.

1 INTRODUÇÃO

Culturalmente, a sociedade estabelece expectativas e responsabilidades distintas para homens e mulheres, gerando uma dinâmica desigual. Mulheres frequentemente são pressionadas a assumir tarefas consideradas tradicionalmente femininas, como cuidar dos filhos e manter o lar organizado. Essa imposição recai de tal forma que algumas delas se vêem impedidas de tomar decisões em diversas áreas, inclusive naquelas relacionadas à contracepção, muitas vezes devido à pressão exercida por parceiros que se aproveitam da vulnerabilidade dessas mulheres. O controle sobre o próprio corpo, lamentavelmente, é frequentemente subjugado, relegando à mulher uma sensação de falta de autonomia, quando, na verdade, ela deveria ter a liberdade e o direito de tomar decisões sobre sua própria vida.

A violência obstétrica é mais uma faceta do domínio exercido sob o corpo feminino. Definida por Pereira et al. (2016) como ações que violentam mulheres durante a prática obstétrica profissional, agrupando maus tratos físicos, psicológicos, verbais, assim como procedimentos desnecessários e invasivos, como a episiotomia, comum no momento mais frágil da gestação: o parto. Uma pesquisa da Fiocruz, intitulada "Nascer no Brasil", revelou que entre 2011 e 2012, 30% das mulheres atendidas em instituições de saúde privadas e 45% das atendidas pelo SUS sofreram violência obstétrica. Além disso, as altas taxas de cesarianas, atingindo 80%, superam em muito a recomendação da Organização Mundial da Saúde de 15%, podendo aumentar a morbimortalidade materna e neonatal (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2019).

O enfermeiro, nesta perspectiva, desempenha um papel crucial na obstetrícia, proporcionando suporte abrangente às mulheres antes, durante e após o parto. Além de monitorar gestantes e fetos, eles oferecem educação sobre a gestação, orientação sobre



amamentação e assistência durante o trabalho de parto. A capacitação adequada dos enfermeiros e a oferta de cursos de qualidade são essenciais para promover uma pré-natal eficaz, parto humanizado e um pós-parto tranquilo. Isso contribui para conscientizar sobre os direitos das parturientes, prevenir abusos por parte dos profissionais e combater a violência obstétrica (PEREIRA et al., 2020).

Mediante uma formação de qualidade, alinhada com práticas humanizadoras, o enfermeiro terá maiores condições de desempenhar um papel crucial na mitigação da violência obstétrica, pois estará apto para criar um ambiente de cuidado empático e respeitoso para as gestantes. Além disso, eles podem ajudar a combater essa forma de violência por meio da educação, fornecendo informações claras sobre os procedimentos médicos e direitos das pacientes. Bem como, advogar pelos direitos das mulheres durante o parto, garantindo que suas escolhas sejam respeitadas e que sejam tratadas com dignidade. E, por fim, podem identificar possíveis sinais de abuso ou tratamento desumano, intervindo e reportando casos para as autoridades competentes, contribuindo para a conscientização e prevenção da violência obstétrica.

Reconhecendo a existência dos abusos no puerpério e compreendendo a importância do enfermeiro no combate contra esse fenômeno, estabelecemos como questão norteadora: o que dizem as produções científicas brasileiras no que tange o papel da enfermagem contra a violência obstétrica?

Dessa forma, temos como objetivo geral identificar como tem sido discutida, nas produções científicas atuais o papel do enfermeiro contra a violência obstétrica. Enquanto objetivos específicos: a) destacar os aspectos referentes à atuação do enfermeiro na obstetrícia; b) verificar se há a promoção do parto humanizado nos textos coletados; c) analisar os pareceres dos autores no que tange a enfermagem no contexto da violência obstétrica.

Nas seções a seguir, iremos apresentar o referencial teórico no qual nos baseamos. A metodologia que orientou o desenvolvimento deste trabalho. Os resultados obtidos a partir das análises realizadas. E, por fim, as considerações finais.



2 ENFERMEIRO OBSTETRA: PROMOVEDO O CUIDADO HUMANIZADO DURANTE O PUERPÉRIO

O acompanhamento profissional no momento do parto é fundamental para garantir a segurança, monitoramento adequado e assistência especializada para a mãe e o bebê. Profissionais de saúde qualificados, como obstetras, enfermeiras obstétricas e parteiras, desempenham um papel crucial ao oferecer suporte, intervenção e cuidados personalizados, assegurando um parto mais seguro, reduzindo riscos de complicações e promovendo a saúde e bem-estar durante esse momento delicado.

A assistência ao parto era uma atividade exclusivamente feminina, liderada por parteiras conhecidas por suas experiências e com práticas baseadas no conhecimento empírico (GOMES *et al.*, 2014). Identificadas como curandeiras, exerciam o papel de partejar, familiarizadas com gravidez, puerpério e manobras facilitadoras do parto (VELHO; OLIVEIRA; SANTOS, 2010). No século XVI, a ascensão da obstetrícia como disciplina científica levou ao declínio da profissão de parteira, transformando o parto em um evento intervencionista, predominantemente masculino (VELHO; OLIVEIRA; SANTOS, 2010). No século XIX, o discurso médico favoreceu a hospitalização na gravidez, restringindo a individualidade e autonomia feminina, alterando a natureza do parto de um processo natural e familiar para uma experiência pública e institucionalizada (GOMES *et al.*, 2014).

Atualmente, os trabalhos de profissionais obstetras têm sido amplamente incentivados pelas políticas nacionais de saúde. Podemos citar a Portaria nº 163 de 22 de setembro de 1998, que regulamenta as atribuições do enfermeiro obstetra, dentre elas a execução do parto sem distócia, além da emissão do laudo de internação; a Portaria nº 985 de 05 de agosto de 1999, que define o enfermeiro obstetra como membro necessário na equipe do Centro de Parto Normal; e a Portaria nº 166 de 11 de fevereiro de 2009, que regulamentou a emissão de Declaração de Nascimento por profissionais de saúde nos partos domiciliares, atividade até então exclusiva dos médicos. Outra ação do governo federal citado por Winck e Brüggemann



(2010) é a Rede Cegonha, que além de organizar as redes de atenção norteadas para um puerpério humanizado, ainda legítima e promove a atuação dos enfermeiros nesta área.

O enfermeiro obstetra, além das competências gerais da enfermagem, ainda desempenha um papel crucial na assistência à parturiente e ao parto normal, incluindo providências até a chegada do médico e a aplicação de anestesia local, quando necessário (WINCK; BRÜGGEMANN, 2010). A abordagem humanizada é essencial, pois gestantes se sentem mais seguras com o acompanhamento de um enfermeiro obstetra, que oferece suporte durante a gestação, conselhos e esclarecimento de dúvidas (PEREIRA *et al.*, 2020). Os profissionais devem, então, respeitar a autonomia e decisão das mulheres, promovendo uma relação menos autoritária e mais solidária (GOMES *et al.*, 2014). Assim, a humanização no parto envolve reconhecer aspectos socioculturais, características fisiológicas do corpo feminino e evitar intervenções desnecessárias, proporcionando dignidade, segurança e autonomia (Gomes *et al.*, 2014; VELHO, OLIVEIRA, SANTOS, 2010).

Júnior *et al.* (2015) salienta que é essencial dentro de uma abordagem humanizada que se busque desfazer da relação assimétrica pré-determinada entre a gestante e seus cuidadores, potencializando o protagonismo da mulher no parto. De modo a evitar resultados negativos, o profissional deve estabelecer um diálogo esclarecedor, garantindo um bom processo puerperal, evitando algumas condutas, segundo Gomes *et al.* (2014), prejudiciais, como a administração de ocitocina para acelerar o trabalho de parto, que podem ser consideradas violações do direito da mulher e da sua integridade corporal.

Para tanto, é necessário que sejam promovidas formações adequadas, com caráter menos tradicional, buscando propiciar experiências que preparem os profissionais para práticas mais humanizadas (JÚNIOR *et al.*, 2015), considerando que as condutas dos enfermeiros podem marcar a vida dos clientes, causando tanto satisfação como descontentamento. Na enfermagem obstétrica, as ações são crucialmente importantes, já que a atitude do profissional pode fazer a mulher se sentir vulnerável e incapaz de exercer seus direitos de escolha, especialmente em relação ao tipo de parto (WINCK; BRÜGGEMANN,



2010), muito comum em situações de violência obstétrica, fenômeno que será discutido na próxima seção.

3 VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: IMPACTOS E REFLEXOS NA SAÚDE MATERNA E NEONATAL

A violência obstétrica, como destacado anteriormente, configura-se enquanto ações que violentam mulheres durante a prática obstétrica profissional, ou seja, ao longo do período de gestação, parto e puerpério, que apoie-se em uma atenção desumanizada, com abuso de ações intervencionais, a medicação ou a transformação nos processo fisiológicos desnecessariamente (PEREIRA et al., 2016; MARTINS et al., 2019).

Mostra-se importante salientar que a violência obstétrica é, também, configurada enquanto violência de gênero e, para além disso, atravessada por aspectos como cor, escolaridade, região e fonte de pagamento que, mais do que influenciar a forma como as mulheres serão tratadas durante o puerpério, ainda evidenciam as desigualdades sociais tão latentes (MARIANI; NETO, 2016). O gênero, como campo social, inicialmente articula o poder, mas é influenciado por raça/etnia e classe social, estabelecendo parâmetros para dinâmicas de poder. Isso não apenas regula relações entre homens e mulheres, mas também entre pessoas do mesmo gênero. As contradições de raça/etnia e classe social ampliam a vulnerabilidade feminina diante de uma estrutura hierárquica e patriarcal. A violência de gênero durante o parto está profundamente arraigada na estrutura social, muitas vezes passando despercebida. É dentro desse contexto de reconhecimento e ampliação dos direitos humanos que a mulher pode e deve ser protagonista: é responsabilidade dela decidir sobre seu próprio corpo. No caso do parto, por exemplo, a escolha deve ser dela. Ela é quem deve decidir se dará consentimento (ou não) para os procedimentos a serem realizados (ou não) em seu corpo (MARIANI; NETO, 2016).

Em 2012 foi elaborado pela Rede Parto do Princípio, uma organização composta por mulheres em diferentes estados brasileiros que trabalham de maneira voluntária na divulgação de informações sobre gestação, parto e nascimento baseadas em evidências científicas e nas



recomendações da Organização Mundial da Saúde, o dossiê sobre violência obstétrica, “Parirás com dor”, apresentado na CPMI da Violência Contra as Mulheres. Nele, além das diversas informações ali reunidas, nos é apresentada as manifestações da violência aqui discutida, sendo categorizadas de acordo com diferentes características. No caráter físico, manifesta-se por ações que afetam o corpo da mulher, causando desde desconforto até dano físico, sem respaldo em evidências científicas; no âmbito psicológico, engloba ações verbais ou comportamentais que provocam sentimentos de inferioridade, vulnerabilidade e medo na mulher; o caráter sexual envolve imposições que violam a intimidade e integridade sexual e reprodutiva da mulher, no contexto institucional, manifesta-se por ações que dificultam ou impedem o acesso da mulher aos seus direitos, seja em serviços públicos ou privados; o caráter material refere-se a condutas visando obter recursos financeiros durante processos reprodutivos, violando os direitos garantidos por lei; por fim, no caráter midiático, profissionais utilizam meios de comunicação para violar psicologicamente mulheres em processos reprodutivos, denegrindo seus direitos através de mensagens, imagens ou outros meios de divulgação público, muitas vezes apoiando práticas cientificamente desaconselhadas por motivações sociais, econômicas ou de dominação (PARTO DO PRINCÍPIO, 2012).

Percebe-se, portanto, que a violência obstétrica pode apresentar-se de diversas formas, por isso, acreditamos ser importante exemplificar algumas delas. Além da alta recomendação de cirurgias cesáreas, ultrapassando o limite da normalidade (PEREIRA *et al.*, 2016), outros dois tipos de intervenção podem ser citados: a Episiotomia e a Manobra de Kristeller.

A primeira é uma cirurgia vulvar, envolvendo o corte da entrada vaginal com tesoura ou bisturi, podendo afetar estruturas do períneo. Apesar da falta de evidências científicas sobre sua necessidade, esse procedimento é comum na obstetrícia e, muitas vezes, realizado sem o consentimento da paciente (PARTO DO PRINCÍPIO, 2012; PEREIRA *et al.*, 2016). A segunda técnica consiste em pressionar a barriga da mulher em direção à pelve, podendo causar danos à mãe, como fraturas de costelas, e ao bebê, com risco de traumas encefálicos. Apesar dos riscos, essa prática persiste (PARTO DO PRINCÍPIO, 2012; PEREIRA *et al.*, 2016).



A violência obstétrica resulta em consequências devastadoras para a mulher, causando trauma físico e psicológico devido a atitudes e procedimentos desrespeitosos, ameaçando não apenas os direitos das mulheres, mas também o direito à vida. A violência infligida nos corpos femininos atinge diretamente princípios universais de direitos humanos, ferindo valores como igualdade, dignidade, respeito, justiça e o valor da pessoa humana (MARTINS, et al., 2019; MARIANI, NETO, 2016). Por isso, durante a gestação e parto, é essencial respeitar os direitos das mulheres, evitando tratá-las como meros objetos da intervenção médica. As práticas devem seguir princípios éticos, honrando a autonomia das pacientes e valorizando a vida. Violações a esses princípios, incluindo procedimentos sem consentimento, podem aumentar os riscos para mãe e bebê (PEREIRA et al., 2016). Erradicar essa violência demanda uma abordagem mais humana e acolhedora, incentivando práticas de parto humanizado, permitindo que a mulher seja a protagonista desse momento sublime do nascimento de seus filhos.

4 METODOLOGIA

Este estudo foi realizado a partir de uma Pesquisa Bibliográfica, definida por Marconi e Lakatos (2010, p. 166) como um tipo de investigação que envolve o "pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto". Além disso, vale ressaltar que nesse contexto, os pesquisadores não se limitam a apenas descrever os fenômenos, mas buscam uma análise inovadora, identificando incoerências e, também, ressaltando características ainda não exploradas.

Optou-se por realizar uma Revisão Narrativa, uma abordagem mais aberta na coleta e análise de produções científicas, permitindo ao pesquisador decidir se adotará uma postura crítica ou simplesmente descreverá as informações encontradas, mantendo uma certa neutralidade (BATISTA; KUMADA, 2021). Segundo Ribeiro (2014), esse tipo de revisão é apropriado para descrever e discutir o desenvolvimento de fenômenos, oferecendo uma perspectiva teórica e contextual. Contudo, vale destacar que as Revisões Narrativas não



detalham as fontes de informação utilizadas, o método de busca de referências ou os critérios para avaliação e seleção dos trabalhos (RIBEIRO, 2014).

No entanto, acreditamos ser essencial apresentar estes aspectos, uma vez que são parte central do desenvolvimento de uma pesquisa. Por isso, neste estudo, foi estabelecido enquanto base de dados o Google Acadêmico, pois trata-se de um index abrangente, reunindo um número considerável de pesquisas científicas, além de ser mais acessível, pelo seu fácil e gratuito acesso e plataforma intuitiva.

A busca pelos trabalhos se deu mediante o cruzamento dos descritores “violência obstétrica”, “enfermagem”, “violência”, “parturiente”, “puerpério”, “gestação”, “gravidez”. Estes, deveriam estar presentes nos títulos ou palavras-chave dos trabalhos, já que indicam o tema central da pesquisa. Para tanto, uma das ferramentas utilizadas foi a função all in title, antes dos descritores, que permite a filtragem dos resultados no próprio index.

Os critérios de inclusão, importante para esse tipo de pesquisa foram: artigos publicados em Língua Portuguesa (PT/BR); nos últimos três anos (2020-2023); realizados no e sobre o contexto brasileiro; e que tratassem, obviamente, da temática aqui investigada. Nesse sentido, foram excluídos todos aqueles trabalhos que não apresentaram um ou mais destes critérios.

Na amostragem inicial, foram identificados 68 trabalhos passíveis de serem analisados. Após a leitura e aplicação dos critérios supracitados, apenas 15 artigos foram considerados para o desenvolvimento dessa pesquisa, listados no quadro (Quadro 1) abaixo:

Quadro 1 - Lista de trabalhos considerados

TÍTULO	AUTORES	ANO
A enfermagem brasileira e a produção científica acerca da violência obstétrica na perinatalidade	Gyselma Vanessa Duarte Nunes dos Santos; Michele de Lima Janotti Quaresma; Carla Luzia França Araújo	2022
A enfermagem e os desafios para saúde da mulher diante da violência obstétrica	Carolina Rocha de Abreu; Maria Salete Vaceli Quintilio	2022



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

A importância da enfermagem nos cuidados contra a violência obstétrica	Lusistela Cavalcante Lima; Lívia Cristina dos Santos Salgueiro; Tamysa Simões dos Santos	2022
Abordagem da violência obstétrica na graduação em enfermagem: um estudo de representações sociais	Amanda de Alencar Pereira Gomes; Renara Meira Gomes; Alba Benemerita Alves Vilela; James Melo Silva; Juliana Costa Machado; Vanda Palmarella Rodrigues	2023
As condutas de enfermagem no manejo dos atos de violência obstétrica e suas consequências na saúde da parturiente	Ana Beatriz Carvalho dos Santos; Annie Rebuli Sgró; Fabíola Vargas Apolinário	2023
Assistência de enfermagem frente à violência obstétrica: Um enfoque nos aspectos físicos e psicológicos	Aline da Silva Melo; Sidiane Bezerra Santos da Silva; Felipe Bezerra da Costa; Maria do Socorro Alécio Barbosa; Kelly Cristina do Nascimento; Rosane Pereira dos Reis	2020
Assistência de enfermagem na prevenção da violência obstétrica: uma revisão de literatura	Daniela Batista Bento Lima; Vilkia Cristiane Catta Preta Silva; Lisiane Costa Oliveira; Aianne Carolina Pego Silva; Daniel de Azevedo Teixeira	2023
Atribuições da enfermagem frente a violência obstétrica	Monique Domingues de Carvalho Antunes; Wesley Martins	2022
Atuação da enfermagem diante da violência obstétrica	Isabelle Melo Martins; Laura Christina Macedo; Eliane Minhuk de Lima; Nelceli Bento Garcia; Daiana Kloh Khalaf	2023
Papel da equipe de enfermagem frente à violência obstétrica	Izabele Preto Cardoso; Valéria Jordani de Oliveira Silva; Thaisy Fernanda de Oliveira; Sandonaid Andrei Geisler	2023
Violência obstétrica e o papel da equipe de	Gabrielle De Bem Ruppenthal;	2021



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

enfermagem: uma revisão integrativa	Amanda Quadros de Souza	
Violência obstétrica na perspectiva da enfermagem obstétrica no Brasil	Amanda Quadros de Souza; Mariana Francisca da Silva; Tawana de Araújo Leite Freitas do Ó; Ednaldo Antônio da Silva	2023
Violência obstétrica: a atuação da enfermagem articulada às políticas públicas	Mariana Francisca da Silva; Tawana de Araújo Leite Freitas do Ó; Ednaldo Antônio da Silva; Claudeny Barbosa Spinelli; Edivaldo Rosa Alves; José Ronaldo de Lima; Erika Becker Figueirêdo Madeira; Klyvia Juliana Rocha de Moraes	2023
Violência obstétrica: a percepção de acadêmicos de enfermagem de uma faculdade do sudoeste goiano	Klyvia Juliana Rocha de Moraes; Kelly Adriane Silva Rodrigues Melo; Edna Aparecida de Almeida; Valéria Silva Peixoto	2022
Violência obstétrica: análise conceitual no contexto da enfermagem	Gabriele Santos do Nascimento; Vitória Ribeiro dos Santos; Emanuella de Castro Marcolino; Gleicy Karine Nascimento de Araújo-Monteiro; Ana Márcia Nóbrega Dantas; Renata Clemente dos Santos-Rodrigues	2022

Fonte: produção da autora

Na próxima seção, os trabalhos serão apresentados, mediante a exposição de seus objetivos, metodologia e técnicas utilizadas pelas respectivas pesquisas e os principais resultados obtidos.

5 RESULTADOS



Santos, Quaresma e Araújo (2022) no trabalho *A enfermagem brasileira e a produção científica acerca da violência obstétrica na perinatalidade*, tiveram como objetivo “quantificar as produções científicas da Enfermagem que discutem a violência obstétrica na perinatalidade - gestação, parto e puerpério” (p. 3). Mediante um estudo descritivo e de caráter exploratório e quantitativo, utilizaram-se da revisão bibliométrica para alcançar os resultados esperados.

A busca pelos dados se deu na Biblioteca Virtual em Saúde, a partir de descritores como “enfermagem”, “violência obstétrica” e “trabalho de parto”, além do uso de operadores booleanos, como o “and” ou “or” para a combinação entre os termos escolhidos. Após a leitura exploratória, foram aplicados critérios de inclusão, como o corte temporal de 2016 a 2021 e o idioma em que os estudos foram publicados, podendo ser em português ou inglês. Para o tratamento dos dados, utilizaram o *EndNote* e o *Microsoft Excel* para a confecção das planilhas, gráficos, entre outras estratégias.

Os 39 artigos válidos para a pesquisa foram analisados a partir das Leis de Bradford, que verifica o grau de relevância dos periódicos, e destacou a Revista Nursing como a mais influente; Lokta, que estima a frequência com que os mesmos autores aparecem em trabalhos diferentes, na qual constatou-se 12 autores contribuintes, sendo 3 responsáveis por 3 estudos cada; e Zipt que descreve as palavras mais relevantes para a temática, sendo violência obstétrica, intervenções obstétricas e violência institucional as principais (SANTOS; QUARESMA; ARAÚJO, 2022).

Os autores ainda destacaram que o ano que houve produções de enfermagem voltadas para a violência obstétrica foi 2020, com um total de 13 das 39 pesquisas analisadas, sendo elas publicadas especialmente na região Sudeste do Brasil. Santos, Quaresma e Araújo (2022, p. 9), portanto, destacam que

O cenário brasileiro não é favorável à assistência ao processo de nascer, apesar dos esforços do Ministério da Saúde e suas políticas em inserir um modelo de assistência humanizado. O atual modelo de (des)assistência obstétrica brasileira é beneficiado pela falta de legislação punitiva para a prática de violência obstétrica, ao contrário de países como a Venezuela e a Argentina. O termo sequer é reconhecido como válido diante do meio judicial.



Ainda reconhecem as limitações do próprio trabalho quanto ao uso de apenas uma base de dados, ainda assim, os autores afirmam que esperam que os resultados apresentados estimulem a Enfermagem Obstétrica a investigar e desenvolver pesquisas acerca do fenômeno, especialmente aquelas de caráter qualitativo na busca pela melhoria da assistência prestada à mulher (SANTOS; QUARESMA; ARAÚJO, 2022).

A pesquisa *A enfermagem e os desafios para a saúde da mulher diante da violência obstétrica* teve como objetivo “explorar as perspectivas e desafios da enfermagem frente à violência obstétrica” (ABREU; QUINTILIO, 2022). Trata-se de um estudo de revisão de literatura, elaborado através da busca de artigos científicos em base de dados como a Literatura Latino-americana em Ciências de Saúde, a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando critérios como violência obstétrica e recém-nascidos, além de critérios como o recorte temporal de 10 anos e serem artigos originais.

De 60 artigos encontrados, apenas 21 foram selecionados para análise, que foi realizada mediante a elaboração de duas categorias: “a violência obstétrica e seus desafios no contexto da saúde e o enfermeiro e o parto humanizado”. (ABREU; QUINTILIO, 2022, p. 804). Quanto à primeira, Abreu e Quintilio (2022) afirmam que a Enfermagem Obstétrica desafia preconceitos relacionados a gênero, raça, classe socioeconômica, geração e orientação sexual no enfrentamento da violência obstétrica, reverberando as afirmações de Mariani e Neto (2016). O enfermeiro desempenha papel crucial ao oferecer suporte educacional e implementar boas práticas para resgatar autonomia e fortalecer o papel na cidadania feminina, exigindo capacitação técnica e práticas atualizadas. Além disso, profissionais obstétricos devem aprender a ouvir, respeitar o tempo da paciente e criar um ambiente tranquilo. Permitir a escolha de uma pessoa de confiança para acompanhamento pré-natal e parto, juntamente com aconselhamento sobre direitos sexuais e reprodutivos, são aspectos cruciais para um cuidado eficaz. Práticas que, além de estarem próximas a uma abordagem humanizada,



destacada por Gomes *et al.* (2014), ainda contribui para a eliminação da hierarquização imposta entre o profissional e o paciente (JÚNIOR *et al.*, 2015).

Na segunda categoria, por sua vez, Abreu e Quintilio (2022) destacam que o parto humanizado, centrado no contato humano, busca envolver a mulher como protagonista, priorizando a escuta, acolhimento e a redução de intervenções, corroborando com as afirmações de Gomes *et al.* (2014) e Júnior *et al.*, (2015). A equipe multidisciplinar atua como moderadora, assegurando que o momento único do parto seja vivenciado da melhor forma possível. O papel do enfermeiro é essencial para evitar agressões e maus tratos, zelando pela integridade física e mental da mulher antes e durante o parto, promovendo práticas de enfermagem alinhadas com a qualidade do parto humanizado. A equipe de enfermagem desempenha um papel crucial no cuidado direto às gestantes, nutrizes e neonatos, atendendo às necessidades diferenciadas das gestantes com acolhimento e tratamento adequado e sensível, promovendo uma abordagem humanizada ao longo desse processo (JÚNIOR *et al.*, 2015).

Por fim, concluem que a literatura evidencia a perda de autonomia da mulher brasileira no parto, não apenas por agressões físicas, verbais e psicológicas, mas também pela limitação na escolha de procedimentos. O ambiente hospitalar, impulsionado pelo avanço tecnológico, favorece a adoção de procedimentos invasivos no parto e cuidado dos recém-nascidos. A humanização do parto, abordada por políticas públicas, requer o engajamento da enfermagem e demais profissionais obstetras para efetivar o acolhimento e cuidado das parturientes (ABREU; QUINTILIO, 2022).

A importância da enfermagem nos cuidados contra a violência obstétrica foi uma pesquisa desenvolvida por Lima, Salgueiro e Santos (2022), que teve como objetivo identificar, na literatura científica nacional, a assistência da enfermagem no que tange a prevenção e cuidados acerca da violência obstétrica. Trata-se de uma revisão integrativa de pesquisa bibliográfica, abrangendo 390 estudos relacionados ao tema proposto. Após a triagem, 15 artigos foram selecionados para análise, considerando variáveis como título, ano



de publicação, objetivo e método. Alguns artigos se repetiam em revistas, resultando na redução da seleção.

A partir dos resultados, Lima, Salgueiro e Santos (2022) perceberam que a violência obstétrica resulta em traumas físicos e psicológicos irreversíveis, consequências também citadas por Mariani e Neto (2016), Martins *et al.* (2018 e Pereira *et al.* (2016), destacando a importância da capacitação dos profissionais desde o pré-natal. É crucial implementar ações que promovam o bem-estar físico e mental das gestantes, preparando-as para a maternidade. Os autores concluem que a mesma gera aflição e impactos negativos na qualidade de vida, enfatizando a necessidade de políticas públicas eficazes e recomenda a criação de programas de capacitação e campanhas preventivas pelo sistema de saúde para garantir uma assistência humanizada durante o parto e nascimento (LIMA; SALGUEIRO; SANTOS, 2022).

Gomes *et al.* (2023) realizaram a pesquisa *Abordagem da violência obstétrica na graduação em enfermagem: um estudo de representações sociais*, objetivando analisar as representações sociais de estudantes de enfermagem sobre a violência obstétrica. Foi estudo descritivo e exploratório de natureza qualitativa, baseado na abordagem processual da Teoria das Representações Sociais, conduzido na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié, com 30 estudantes de enfermagem selecionados por conveniência. Os critérios de inclusão abrangeram estudantes nos três primeiros e últimos semestres, com idade igual ou superior a 18 anos. Um questionário estruturado abordou dados sociodemográficos, enquanto entrevistas individuais em sala reservada exploraram a abordagem da violência obstétrica na graduação, gravadas apenas para transcrição, com duração média de 20 minutos. O estudo segue os critérios do guia *Consolidated Criteria for Reporting Qualitative Research (COREQ)*².

2 Um conjunto de diretrizes utilizado para relatar pesquisas qualitativas. Ele fornece um conjunto de critérios para ajudar os pesquisadores a apresentarem suas metodologias e resultados de maneira completa e transparente. Essas diretrizes foram desenvolvidas para melhorar a qualidade e a consistência dos relatórios de pesquisas qualitativas, permitindo uma avaliação mais eficaz e uma compreensão mais profunda dos estudos por parte dos leitores e revisores.



As entrevistas foram transcritas, omitindo a fala da pesquisadora, resultando em um corpus de 30 textos. Esses foram consolidados em um único documento no Microsoft Word, salvo sem formatação. A análise lexical foi conduzida utilizando o software *IRAMUTEQ 0.7 alpha*, baseado no R, desenvolvido por Pierre Ratinaud. O mesmo permitiu a aplicação da Classificação Hierárquica Descendente, também conhecida como método de Reinert, que classifica os Segmentos de Texto com base em vocabulários semelhantes, distribuídos pela frequência de lematização.

Gomes *et al.* (2023) identificaram que a violência obstétrica é abordada na universidade através de diversos meios, como seminários, disciplinas específicas, projetos de pesquisa e grupos de estudo. Entretanto, ainda que alguns participantes tenham apontado a universidade como um espaço que permitiu o contato com a temática, muitas vezes são trabalhados de maneira superficial, refletindo uma carga horária insuficiente. Por isso, destacaram a necessidade urgente de ampliar a abordagem tanto dentro quanto fora das instituições de ensino e propuseram palestras, debates e uma revisão do conteúdo programático para incluir a violência obstétrica de forma transversal desde o início da graduação (GOMES *et al.*, 2023).

Os autores concluem que os resultados da pesquisa destacam a necessidade de maior divulgação do tema no ambiente acadêmico. Propõe-se a inclusão abrangente da violência obstétrica na formação de enfermagem para preparar os estudantes a oferecer práticas assistenciais humanizadas e embasadas em evidências científicas (GOMES *et al.*, 2023), uma necessidade já discutida por Júnior *et al.* (2015).

Santos, Sgró e Apolinário (2023) desenvolveram a pesquisa *As condutas de enfermagem no manejo dos atos de violência obstétrica e suas consequências na saúde da parturiente* na busca por investigar as condutas dos enfermeiros frente a violência doméstica que se enquadram enquanto possíveis ações para o enfrentamento da mesma.

A partir de revisão integrativa da literatura, os dados foram coletados no SciELO, Google Acadêmico e BVS, utilizando descritores em ciências da saúde como “Enfermagem obstétrica”, “Violência obstétrica”, entre outros. Os critérios de inclusão abrangeram artigos



em português, disponíveis online, e publicados entre 2018 e 2022, com foco na atuação da enfermagem diante dos atos de violência obstétrica. Por outro lado, artigos com foco em outras categorias profissionais, idiomas inglês e espanhol, e estudos fora do período estabelecido foram excluídos. A amostra inicial foi de 21 artigos, sendo selecionados 14 para a estruturação da pesquisa.

Os autores perceberam que o mau atendimento em serviços de saúde, por exemplo, é considerado uma forma de violência pelas parturientes, relacionado à falta de informação e à objetificação e inferem que essa violência persiste devido à sobrecarga dos profissionais e falta de preparo (SANTOS; SGRÓ; APOLINÁRIO, 2023). O contexto racial é enfatizado, como apontado por Mariani e Neto (2016), mostrando maior incidência de violência em mulheres pretas. Como resultado desse modelo de atenção, o parto deixa de garantir autonomia, tornando-se uma experiência negativa (SANTOS; SGRÓ; APOLINÁRIO, 2023).

Santos, Sgró e Apolinário (2023) também perceberam que os profissionais de enfermagem desempenham papel crucial nos cuidados durante o parto, enfatizando a importância de boas práticas. O vínculo entre profissional e paciente é essencial, exigindo constante atualização para reconhecer e respeitar os direitos da parturiente. Isso inclui garantir condições adequadas para o acolhimento, promovendo respeito, dignidade, orientação, confiança, humanização e protagonismo da mulher, aspectos também já explicitados por Mariani e Neto (2016).

Além disso, as consequências da violência obstétrica afetam ativamente a vida da puérpera, corroborando com os dizeres de Mariani e Neto (2016), Martins *et al.* (2018) e Pereira *et al.* (2016), sendo que partos traumáticos se associam a sinais de depressão pós-parto. Além do impacto emocional, dores físicas, queloides, vergonha e baixa autoestima como efeitos secundários dessa violência. Esses efeitos não apenas prejudicam a qualidade de vida da mulher, mas também impactam seu círculo familiar, gerando o receio de enfrentar outra gestação e estimulando o desejo de não ter mais filhos (SANTOS; SGRÓ; APOLINÁRIO, 2023).



Por fim, Santos, Sgró e Apolinário (2023) concluem que os profissionais de enfermagem devem promover assistência segura, integral e contínua à mulher, incluindo ações de promoção e prevenção. Ademais, a carência de estudos sobre as consequências da violência obstétrica na saúde da mulher dificulta a compreensão dos impactos e contribui para a falta de políticas públicas voltadas ao acolhimento durante esse ciclo significativo.

A Assistência de enfermagem frente à violência obstétrica: um enfoque nos aspectos físicos e psicológicos foi um trabalho desenvolvido por Melo *et al.* (2020) com o objetivo de descrever, mediante um enfoque nos aspectos físicos e psicológicos, a assistência de enfermagem frente à violência obstétrica.

O estudo configura-se enquanto uma revisão integrativa de literatura, na qual utilizou como bases de dados como MEDLINE, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e BVS. As estratégias de busca envolveram termos como "Violência AND Enfermagem Obstétrica," "Violência AND Saúde da Mulher AND Parto," e "Assistência de enfermagem AND Parto AND Violência." Os critérios de inclusão abrangeram artigos completos, publicados entre 2015 e 2020, disponíveis em português, inglês e espanhol, que tratam da temática em questão. Artigos repetidos e outros que não atendiam aos critérios estabelecidos foram excluídos, resultando em uma amostra final de 13 artigos para análise.

Melo *et al.* (2020) identificam que a violência obstétrica, seja física ou psicológica, ocorre nos hospitais, muitas vezes por profissionais de saúde, incluindo enfermeiros e médicos, evidenciando a importância de uma boa formação, salientada por Júnior *et al.* (2015). Também destacam a importância do enfermeiro na oferta de assistência humanizada, respeitando os direitos das mulheres durante o parto. E concluem que é crucial explicar e informar a parturiente sobre o processo, uma responsabilidade da equipe de enfermagem, uma das funções do profissional, também citada por Winck e Brüggemann (2010), uma vez que está mais presente nesse momento único, além da importância do enfermeiro oferecer apoio sem criticar as ações individuais, reconhecendo a singularidade de cada mulher. A presença de



acompanhante, um direito garantido por lei, é essencial desde o pré-natal para reduzir o impacto emocional nas parturientes durante o parto (MELO *et al.*, 2020).

Lima *et al.* (2023) com o objetivo de descrever e, também, direcionar formas de prevenção dos abusos obstétricos a serem adotadas pelo grupo de enfermagem, elaborou o estudo *Assistência de enfermagem na prevenção da violência obstétrica: uma revisão de literatura*. Para tanto, adotou-se o método qualitativo de pesquisa, realizando uma análise de literatura por meio de pesquisas em plataformas científicas como SciELO, Google Acadêmico e BVS. A busca incluiu publicações em congressos acadêmicos nacionais e internacionais, priorizando artigos e pesquisas da última década. O foco foi apresentar estratégias para a atuação do plantel de enfermagem na prevenção da violência durante a internação de parturientes, utilizando também artigos, monografias, trabalhos de conclusão de curso, teses e monografias relacionadas para formar a revisão e análise de literatura.

Lima *et al.* (2023) destacam que a violência no parto afeta negativamente a saúde física, emocional e psicossocial das mulheres, evidenciando falhas nos sistemas de assistência ao parto humanizado, questões já discutidas por Pereira *et al.* (2020), Gomes *et al.* (2014) e Júnior *et al.* (2015). E salientam a necessidade de uma atuação humanizada e digna dos profissionais de enfermagem, dada sua participação direta no cuidado e no momento do parto, uma vez que ações empáticas e centradas na mulher garantem uma experiência positiva e previnem abusos. Além disso, ressaltam a importância da capacitação dos profissionais de saúde, abordando questões culturais e raciais, especialmente em casos de violência contra mulheres pretas e pobres, como bem apontado por Júnior *et al.* (2015).

Por fim, concluem que ações simples, como o diálogo e o respeito às vulnerabilidades, fazem a diferença, enfatizando a necessidade de políticas públicas para garantir a qualidade dos serviços e fiscalizar a atuação dos profissionais obstétricos, visando combater qualquer forma de sofrimento durante o processo de parto (LIMA *et al.*, 2023).

Atribuições da enfermagem frente a violência obstétrica buscou identificar a assistência pautada no cuidado integral humanizado para a redução de práticas desnecessárias



no contexto do parto e nascimento, com o propósito de prevenir a violência obstétrica e foi uma pesquisa desenvolvida por Antunes e Martins (2022).

Uma revisão integrativa da literatura realizada através da análise de estudos disponíveis na BVS e no portal SciELO. Os critérios de inclusão abrangeram estudos completos e originais nos últimos seis anos (2017 a 2022), em português e disponíveis gratuitamente. Foram utilizados descritores como "Enfermagem", "Parto" e "Violência". A seleção inicial envolveu análise de títulos e resumos, seguida por uma análise completa para verificar a pertinência à pergunta de pesquisa. Os dados dos 8 estudos incluídos foram analisados de forma descritiva.

Diante dos dez estudos levantados, foram identificadas duas categorias para discussão: Estudos com foco na violência obstétrica direcionada à parturiente e ao parto; Estudos com foco na violência obstétrica voltada para a assistência/cuidados da enfermagem. Em relação às categorias, 75% dos estudos abordaram a violência obstétrica na perspectiva da assistência/cuidados de enfermagem, enquanto 25% focaram na violência obstétrica direcionada à parturiente e ao parto. Os estudos indicam que a prevenção da Violência Obstétrica pode ser eficaz por meio da disseminação de informações entre os profissionais da enfermagem, principalmente na formação dos mesmos, corroborando com os dizeres de Júnior *et al.* (2015). No entanto, sugerem a necessidade de novas pesquisas para minimizar os casos de Violência Obstétrica e encontrar abordagens mais eficazes (ANTUNES; MARTINS, 2022).

O estudo *Atuação da enfermagem diante da violência obstétrica*, realizado por Martins *et al.* (2023) objetivou desenvolver uma revisão integrativa da literatura sobre a atuação da enfermagem diante da violência obstétrica. Portanto, foram utilizados os bancos de dados BVS, MEDLINE e Scopus para levantar 48 artigos entre 2017 e 2022. Após análise, oito artigos foram elegíveis, e a revisão seguiu as etapas de identificação do tema, estabelecimento de critérios, entre os anos de 2017 e 2022, de forma online, disponível no formato integral, definição de informações a extrair, avaliação dos estudos, interpretação dos



resultados e apresentação da revisão com síntese do conhecimento. A análise foi guiada pelo sistema GRADE para graduar a qualidade das evidências e a força das recomendações.

Martins *et al.* (2023) perceberam que a maioria dos artigos, principalmente provenientes do continente Africano, revelam taxas alarmantes de violência obstétrica, incluindo 98% de casos de cuidado não respeitoso, 92.5% de falta de informação e consentimento informado, 36.7% de cuidado não digno, entre outros, questões contrárias àquelas defendidas por Mariani e Neto (2016). Além disso, os temas abordados concentram-se na percepção de estudantes e profissionais de enfermagem, mulheres e trabalhadores da saúde sobre a violência obstétrica, suas causas e consequências, e estratégias de prevenção.

Os resultados também destacam a necessidade de programas de capacitação para enfermeiras e enfermeiros, corroborando com Júnior *et al.* (2015), bem como uma cultura de respeito aos direitos das mulheres, além de apontar para a importância de mais estudos sobre o tema e a implementação de políticas públicas para promover uma assistência obstétrica humanizada e respeitosa (MARTINS *et al.*, 2023).

Percebe-se também a necessidade urgente de abordar a elevada violência obstétrica e a falta de capacitação dos profissionais de saúde, enfatizando o papel vital da equipe de enfermagem na prevenção como afirmam Winck e Brüggemann (2010), pois são profissionais apontados como multiplicadores essenciais de informações sobre prevenção e identificação da violência obstétrica, com lideranças responsáveis pela capacitação através de educação permanente e tecnologias educacionais instrucionais baseadas em conhecimento científico. Ainda destaca-se a urgência de aprimorar a abordagem humanizada do cuidado obstétrico para garantir o respeito aos direitos das pacientes (MARTINS *et al.*, 2023).

Cardoso *et al.* (2023), com o objetivo de identificar a atuação do enfermeiro em situações de violência obstétrica no período de trabalho de parto, no parto e pós-parto imediato, realizou o estudo *Papel da equipe de enfermagem frente à violência obstétrica*.

Conduzido um levantamento de artigos nos últimos cinco anos (2017 a 2022) nas bases de dados LILACS e SciELO, em língua portuguesa, utilizando descritores como "violência obstétrica", "enfermagem", "parto", "gestante", "cuidados", "assistência de



enfermagem" e "humanização no parto". A amostra incluiu apenas artigos científicos relacionados ao tema, publicados exclusivamente nessas plataformas. Após a busca utilizando os descritores, 83 artigos foram inicialmente selecionados. Desses, 28 foram excluídos por não atenderem aos critérios, 12 eram duplicados, e 07 estavam incompletos. Restaram 36 artigos lidos em sua totalidade. Destes, apenas 21 foram elegíveis para leitura completa, excluindo 09 não relacionados aos objetivos do estudo. No final, 12 artigos foram escolhidos para a discussão. Esses estudos abordam práticas de enfermagem na luta contra a violência obstétrica e ações preventivas, explorando temas como formação profissional, humanização, cuidado no parto, preconceito de gênero e estratégias de prevenção.

Cardoso *et al.* (2023) identificaram na literatura o risco associado à desinformação sobre os direitos das parturientes, ressaltando a importância da enfermagem obstétrica em reconhecer vulnerabilidades, estabelecer confiança e proporcionar assistência humanizada, corroborando com as afirmações de Mariani e Neto (2016) e Pereira *et al.* (2016). A capacitação profissional é destacada como essencial para a prevenção da violência obstétrica, sendo recomendada a inclusão do tema nos cursos de formação de enfermeiros obstétricos, como destaca Júnior *et al.* (2015). Ademais, a proximidade do profissional de enfermagem com a gestante resalta a necessidade de reconhecer situações desse tipo de violência e promover a participação ativa da gestante em sua jornada, livre de traumas (CARDOSO, *et al.*, 2023).

A Violência obstétrica e o papel da equipe de enfermagem: uma revisão integrativa foi uma pesquisa realizada por Ruppenthal e Souza (2021), na qual objetivaram identificar nas bases de dados, artigos que abranjam a violência obstétrica e a importância da equipe de enfermagem diante do fenômeno.

Para tal, realizou-se uma revisão integrativa de literatura com a estratégia PICo adaptada, onde (P) representa a equipe de enfermagem, (I) aborda a violência obstétrica, e (Co) destaca a importância da enfermagem frente a essa violência. A busca na literatura foi efetuada nas bases LILACS e BVS, com o recorte temporal de 2016 a 2021. Foram aplicados filtros de idioma português e texto completo disponível, com estratégias de busca utilizando



operadores booleanos AND e OR. Os critérios de inclusão abrangeram artigos originais em português relacionados ao tema, publicados na íntegra e gratuitos, enquanto monografias, TCCs, dissertações, teses, resumos e artigos não pertinentes foram excluídos.

A amostra final da revisão consiste em 15 artigos, selecionados com base nos critérios predefinidos. De acordo com os autores, esses artigos abordam a preocupação das mulheres em relação ao parto, destacando a visão mecânica e automática dos profissionais de saúde, limitando as opções da gestante (RUPPENTHAL; SOUZA, 2021). Os artigos defendem a humanização da assistência, aspectos defendidos por Pereira *et al.* (2020), Gomes *et al.* (2014) e Júnior *et al.* (2015), reconhecendo a mulher como protagonista de seu parto, independentemente da via escolhida e criticam a prática rotineira de procedimentos invasivos por médicos, destacando a humanização proporcionada por enfermeiros como crucial para diminuir tais intervenções (RUPPENTHAL; SOUZA, 2021).

Durante o pré-natal, os enfermeiros desempenham um papel crucial ao encorajar e esclarecer dúvidas das gestantes, sendo a assistência uma das funções desse profissional, de acordo com Winck e Brüggemann (2010). É destacada a importância de serem objetivos e claros ao abordar as vias de parto, enfatizando as vantagens do parto normal, com a cesariana sendo uma opção quando necessária. Os 15 artigos ressaltam benefícios como a recuperação, produção de leite e mobilidade associados ao parto vaginal. No entanto, observa-se uma desvalorização do parto normal devido à falta de conhecimento e ao medo das mulheres, que muitas vezes optam pela praticidade da cesariana. Além disso, enfatiza-se que a humanização do parto vai além da abordagem natural, incluindo respeito e ética para com a mulher (RUPPENTHAL; SOUZA, 2021).

Ruppenthal e Souza (2021) concluem, portanto, a vital importância dos enfermeiros e profissionais de saúde desde o início da gestação até o parto e a necessidade de adaptações nas estruturas dos ambientes de saúde e a importância da capacitação ética e humana dos profissionais. Ademais, a análise dos artigos revela a necessidade de aumentar a conscientização sobre a violência obstétrica, considerando que muitas mulheres desconhecem o tema e acabam sendo vítimas sem perceber. E, por fim, destaca-se a importância de um pré-



natal de qualidade, mantendo um acompanhamento saudável, construindo um vínculo de confiança, esclarecendo dúvidas e reduzindo intervenções invasivas e desnecessárias (RUPPENTHAL; SOUZA, 2021).

Violência obstétrica na perspectiva da enfermagem obstétrica no Brasil foi um estudo desenvolvido por Silva, do Ó e Silva (2023), com o objetivo de listar os papéis e as estratégias da Enfermagem na prevenção da Violência Obstétrica no Brasil. A partir de uma revisão integrativa de literatura buscou-se selecionar artigos dos últimos cinco anos (2017-2022) em bases como MEDLINE, BVS e LILACS. A estratégia de pesquisa envolveu o cruzamento de descritores em Ciências em Saúde, como “Violência Obstétrica”, “Parto”, “Enfermeiras Obstétricas” e “Relações Enfermeiro-Paciente”. Foram selecionados, inicialmente, 460 artigos. Posteriormente, 118 estudos foram lidos na íntegra, resultando na escolha de cinco trabalhos que focam na resposta à pergunta norteadora e na adequação ao conteúdo para subsidiar a revisão integrativa.

Os pesquisadores perceberam que é fundamental fornecer informações e apoio às mulheres para decisões informadas durante o trabalho de parto. Destacam-se esforços no Brasil para gestações seguras, mas apontam deficiências na prática assistencial, associadas à predominância da cesárea, além de enfatizarem a importância de compartilhar experiências positivas com o parto normal para reduzir cesarianas desnecessárias, minimizando riscos e contribuindo para discussões sobre benefícios e riscos de cada tipo de parto (SILVA; DO Ó; SILVA, 2023).

Eles concluem que o enfermeiro, ao acompanhar a gestante, deve reconhecer que o parto é parte da fisiologia feminina, promovendo a redução do uso de medicamentos e práticas desnecessárias, adotando portanto, uma abordagem humanizada defendida por Pereira *et al.* (2020), Gomes *et al.* (2014) e Júnior *et al.* (2015). Bem como devem garantir o direito da mulher participar ativamente do parto de maneira confortável, como salienta Mariani e Neto (2016). A inclusão de enfermeiras especializadas em obstetrícia pode não alterar o modelo assistencial, mas tende a diminuir intervenções desnecessárias, proporcionando maior conforto físico e emocional durante o parto (SILVA; DO Ó; SILVA, 2023).



Violência obstétrica: a atuação da enfermagem articulada às políticas públicas foi uma pesquisa que teve como objetivo listar as políticas públicas de promoção, prevenção e enfrentamento à Violência Obstétrica no Brasil e foi realizada por Silva *et al.* (2023). A busca e seleção de artigos para esta revisão ocorreram em bases de dados como MEDLINE, BVS, LILACS. Utilizando Descritores em Ciências em Saúde (DeCS) e Medical Subject Headings (MeSH), foram empregados termos como Violência Obstétrica, Parto, Enfermeiras Obstétricas e Relações Enfermeiro-Paciente. Os operadores booleanos "AND" e "OR" foram utilizados para combinar palavras-chave e termos na busca de publicações. Inicialmente, foram resgatadas 518 publicações, das quais 460 foram selecionadas após leitura exaustiva de títulos e resumos. Após a aplicação de critérios de inclusão e exclusão, 118 estudos foram escolhidos para leitura na íntegra. Em seguida, 05 trabalhos foram selecionados com foco na resposta à questão norteadora e na adequação do conteúdo para subsidiar a estruturação desta revisão integrativa.

Foram identificados pelos autores algumas legislações: o Decreto nº 1.973, a Política Nacional de Humanização (Humaniza SUS), a Lei n. 11.108/2005 (Lei do Acompanhante), e a Lei 10.778/2003, que trata da notificação compulsória em casos de Violência Obstétrica, são fundamentais para orientar a atuação profissional no campo da saúde; o Decreto no 89.460/1984 assegura assistência adequada à mulher durante a gravidez, parto e pós-parto, com cuidados gratuitos quando necessário; o Artigo 186 do Código Civil e o Artigo 121 do Código Penal estabelecem responsabilidade civil e penal para agentes causadores de Violência Obstétrica; adolescentes vítimas têm amparo pelo Art. 232 do Estatuto da Criança e do Adolescente; a Portaria nº 1.459/2011 institui a Rede Cegonha, visando o planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez (SILVA, *et al.*, 2023).

Silva *et al.* (2023) concluiu que embora haja amplo respaldo legal no Brasil para proteger os direitos das mulheres e combater a violência obstétrica, a efetividade na prática é limitada. Isso se deve à necessidade de políticas públicas educativas para informar gestantes sobre seus direitos e processos de denúncia. A atual legislação, por falta de especificidade, permite interpretações variadas, comprometendo a segurança jurídica. A proposta é a



elaboração de uma legislação específica que classifique a violência obstétrica como crime, seguida pela implementação de políticas públicas para garantir sua efetividade. Além disso, destaca-se a importância de instruir e capacitar profissionais de enfermagem no combate à violência obstétrica (SILVA, *et al.*, 2023).

Melo, Almeida e Peixoto (2022) desenvolveram a pesquisa intitulada *Violência obstétrica: a percepção de acadêmicos de enfermagem de uma faculdade do sudoeste goiano*, para investigar o conhecimento dos acadêmicos de enfermagem de uma faculdade do ensino superior do sudoeste goiano sobre a violência obstétrica.

Trata-se de um estudo quantitativo e descritivo de campo. Foi realizada uma entrevista via Google Forms com 12 questões objetivas, respondidas por 65 acadêmicos de Enfermagem. A análise dos dados, conduzida no *Microsoft Excel*, empregou técnicas de análise exploratória para interpretar e visualizar informações. Essa abordagem, embora simples, é crucial para construir hipóteses e responder perguntas sobre os dados, exigindo cuidado na etapa de pré-processamento para garantir a qualidade dos resultados.

Os acadêmicos foram avaliados quanto ao conhecimento sobre as fases do parto vaginal, com 75,8% afirmando compreendê-las; quanto às recomendações para cesariana programada, 63,6% conheciam, e 36,4% não; sobre a violência obstétrica, 84,4% afirmaram ter ouvido falar ou estudado, enquanto 10,6% não tinham conhecimento; a ausência de acompanhante escolhido pela mulher durante o parto e pós-parto foi considerada violência obstétrica por 81,8%, enquanto 18,2% discordaram; quanto à episiotomia, 87,9% a consideraram como violência obstétrica, enquanto 12,1% não concordaram (MELO; ALMEIDA; PEIXOTO, 2022).

A pesquisa evidencia que a maioria dos acadêmicos está familiarizada com as principais violências obstétricas, contudo a graduação proporciona embasamento científico e reflexivo, influenciando positivamente o padrão assistencial desses profissionais na comunidade, evidenciando a importância da formação profissional destacada por Júnior *et al.* (2015). O ambiente de formação contribui para a adoção de boas práticas recomendadas pelas



políticas de saúde da mulher, promovendo mudanças positivas no cuidado obstétrico (MELO; ALMEIDA; PEIXOTO, 2022).

Por fim, tem-se a pesquisa *Violência obstétrica: análise conceitual no contexto da enfermagem*, realizada por Nascimento *et al.* (2022), com o objetivo de identificar os atributos, antecedentes e consequentes essenciais para determinar o conceito de violência obstétrica no contexto da enfermagem.

O estudo adota uma análise conceitual seguindo o método de Walker e Avant, composto por seis etapas específicas para aprofundar o entendimento teórico do conceito escolhido. Inicia-se com a seleção do conceito relevante, delimita-se os objetivos, identifica-se usos na literatura por meio de ampla revisão, determina atributos essenciais, e encontra os antecedentes e consequentes do conceito. A etapa final foca na definição de referências empíricas, buscando entender como medir ou observar o conceito no mundo real por meio de categorias observáveis que demonstrem sua ocorrência, culminando assim na conclusão da análise conceitual (NASCIMENTO *et al.*, 2022)

Neste estudo, adotou-se o conceito de "violência obstétrica" nas etapas de análise conceitual. A pesquisa, orientada pelo objetivo estabelecido, conduziu a revisão sistemática da literatura por meio de uma *scoping review*, registrada na plataforma *Open Science Framework*. A pergunta de pesquisa abordou atributos, antecedentes e consequentes essenciais para determinar o conceito de violência obstétrica no contexto da enfermagem. A busca seguiu recomendações do JBI, utilizando descritores em saúde e cruzamento de operadores booleanos. A seleção dos documentos incluídos foi realizada por dois revisores de forma pareada, seguida por análise crítica dos antecedentes, consequentes e atributos essenciais identificados nos artigos selecionados. A pesquisa contribui para a compreensão aprofundada da violência obstétrica no âmbito da enfermagem, destacando elementos fundamentais para a análise conceitual.

As expressões analisadas revelam que a violência obstétrica pode ocorrer em diversas fases, como pré-natal, parto, puerpério e aborto, associada à violação dos direitos humanos e da integridade da mulher. Antecedentes da violência obstétrica envolvem fatores como



condições financeiras desfavoráveis, cor da pele, nível de escolaridade, desconhecimento da temática, infraestrutura inadequada, escassez de recursos e profissionais incapacitados. Aspectos percebidos também por Mariani e Neto (2016), além de evidenciar a importância da formação para esses profissionais, defendido por Júnior *et al.* (2015). O desconhecimento emerge como um antecedente significativo. A naturalização e perpetuação de práticas relacionadas à dor no parto também estão ligadas à falta de informação. Profissionais de saúde e instituições de saúde contribuem para a violência obstétrica, destacando-se profissionais incapacitados, sobrecarga de trabalho, baixas remunerações, estresse/autoritarismo, infraestrutura inadequada, precariedade de recursos e impunidade (NASCIMENTO *et al.*, 2022).

Ademais, as análises revelam que a prevalência da violência física destaca-se, sendo mais facilmente identificável. Este fenômeno pode resultar em morbimortalidade materna, ligada a eventos adversos no manejo do parto, negligência, hostilidade e proibições de acompanhante, riscos citados por Pereira *et al.* (2016). A análise aprofundada do conceito contribui para a ciência da enfermagem, fornecendo suporte científico e *insights* para prática clínica, permitindo ao enfermeiro reconhecer indicadores empíricos e oferecer assistência mais precisa. Como limitação, destaca-se a não elaboração de casos modelos adicionais, mas o estudo segue rigor metodológico (NASCIMENTO *et al.*, 2022).

Nascimento *et al.* (2022) finaliza afirmando que foi viável realizar uma análise abrangente do conceito de Violência Obstétrica, identificando 76 atributos, 31 antecedentes e 39 consequentes associados. Essa investigação proporcionou uma compreensão mais clara do fenômeno, fornecendo um respaldo teórico e científico que capacita os enfermeiros na identificação de casos semelhantes. Além disso, contribui significativamente para o avanço da epistemologia na área da enfermagem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS



A violência obstétrica, apesar de pouco discutida no cotidiano social, ainda é um fenômeno latente na vida de muitas mulheres. Por isso, mostra-se importante investigar como têm sido desenvolvidas as pesquisas direcionadas para o estudo desta temática e quais possíveis contribuições as mesmas desempenham no combate a violência obstétrica. Tivemos como objetivo geral, portanto, identificar como tem sido discutida, nas produções científicas brasileiras atuais, o papel do enfermeiro contra a violência obstétrica.

Foi possível perceber, a partir dos trabalhos analisados, que a violência obstétrica não está alheia a aspectos sociais, ou seja, características como cor e classe social podem aumentar as chances desse fenômeno acontecer, além de potencializar as práticas violentas no puerpério, resultado em impactos emocionais e físicas, podendo causar, inclusive, depressão pós-parto, prejudicando a qualidade de vida da vítima.

Além disso, as pesquisas apontam que o enfermeiro tem um papel essencial no que tange o assistência às mulheres grávidas não apenas ao longo da gestação, mas também antes e após o nascimento da criança. Os profissionais em enfermagem além de desempenharem um papel importante para evitar agressões e maus tratos às suas pacientes, ainda podem e devem garantir condições adequadas para promover uma assistência segura e integral, assegurando o acolhimento, orientação e protagonismo das mulheres, especialmente, a partir do parto humanizado.

Para tanto, é necessário que a formação desses profissionais seja adequada, isso porque a compreensão aprofundada da fisiologia do parto, práticas centradas na mulher e habilidades de comunicação são essenciais para promover uma experiência de parto respeitosa e segura. Profissionais bem treinados em enfermagem podem oferecer apoio emocional, informação e respeitar as escolhas da gestante, contribuindo para um ambiente mais humanizado. Além disso, deve-se ser realizadas discussões acerca da violência obstétrica, uma vez que estes profissionais estão em posição de identificar e intervir contra possíveis casos, garantindo que os direitos da gestante sejam respeitados e que ela receba o cuidado apropriado.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Foi possível identificar, também, que a maioria das pesquisas analisadas nesta investigação são revisões de literatura de diversas natureza. Acreditamos ser importante verificar de que maneira os estudos na área estão sendo desenvolvidos, mas mostra-se importante, também, a realização de pesquisa com sujeitos que estão presentes na sociedade e, infelizmente, sentem a violência obstétrica mais diretamente. Seria o caso, por exemplo, de realizar pesquisas com mães, que já tenham dado a luz ou que ainda estejam grávidas, familiares, enfermeiros, entre outros sujeitos que poderiam contribuir para os dados e possíveis construções de estratégias de combate a violência obstétrica.

Assumimos as limitações da nossa própria pesquisa, uma vez que trata-se de mais uma revisão de literatura, além de ter sido realizada a partir de uma base de dados, apenas. Mas esperamos que a mesma possa somar para reflexões acerca da violência obstétrica e impulse a realização de novos estudos na área, de modo a ampliar o campo de investigação, reunindo dados que auxiliem cada vez mais no combate contra a violência obstétrica.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. R.; QUINTILIO, M. S. V. A enfermagem e os desafios para saúde da mulher diante da violência obstétrica. **Revista de Iniciação Científica e Extensão**, v. 5, n. 1, 2022. p. 800-812. Disponível em: <https://revistasfasesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/346>. Acesso em: 14 nov 2023.

ANTUNES, M. D. C.; MARTINS, W. Atribuições da enfermagem frente a violência obstétrica. *Revista Científica Multidisciplinar*, v. 3, n. 8, 2022. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1793>. Acesso em: 14 nov 2023.

BRASIL. Portaria nº 163 de 22 de setembro de 1998. Dispõe sobre as atribuições do enfermeiro obstetra e da obstetriz. **Diário Oficial da União**, set., 1998. p. 1-24. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.abenforj.com.br/site/arquivos/outros/Portaria%2520163.pdf&ved=2ahUKEwiUjtient2CAxUhqpUCHUe2A-QQFnoECA8QAQ&usg=AOvVaw0C6E-_NDaZ8bBy8TSbumtX. Acesso em: 02 nov 2023. .



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

BRASIL. Portaria nº 985 de agosto de 1999. Dispõe sobre a criação do Centro de Parto Normal-CPN, no âmbito do Sistema Único de Saúde/SUS, para o atendimento à mulher no período gravídico-puerperal. **Diário Oficial da União**, ago., 1999. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.saude.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg%26controller%3Ddocument%26id%3D463&ved=2ahUKEwi6qae6nt2CAxWarpUCHburBdAQFnoECBEQAQ&usg=AOvVaw3FVXVoAk_r7jsSW3OfPd6-. Acesso em: 02 nov 2023.

BRASIL. Portaria nº 116 de 11 de fevereiro de 2009. Dispõe sobre a coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio das informações sobre óbitos e nascidos vivos para os Sistemas de Informações em Saúde sob gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, fev., 2009. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/2009/prt0116_11_02_2009.html&ved=2ahUKEwjhsuvHnt2CAxVYjpUCHcLiBp8QFnoECAgQAQ&usg=AOvVaw3yDRBtMmaJbgvAtfAF4zu2. Acesso em: 02 nov 2023.

BATISTA, L. S.; KUMADA, K. M. O. Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica. **Rev. Bras. de Iniciação Científica**, Itapetininga, v. 8, 2021. p. 1-17. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/view/113>. Acesso em: 10 nov 2023.

CARDOSO, I. P. *et al.* Papel da equipe de enfermagem frente à violência obstétrica. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, São Paulo, v. 6, n. 13, 2023. p. 1507-1525. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/743>. Acesso em: 14 nov 2023.

CIELLO, Cariny et al. (Colabs.). Violência obstétrica: “parirás com dor”. **Senado Federal: Rede Parto do Princípio para a CPMI da Violência Contra as Mulheres**, 2012. (Dossiê elaborado pela Rede Parto do Princípio para a CPMI da Violência Contra as Mulheres). Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/sscepi/doc%2520vcm%2520367.pdf&ved=2ahUKEwiGy_CCnNWCAxU1rpUCHWzXAjAQFnoECAkQAQ&usg=AOvVaw3IHxBGXLZIZR7-HY4SPVO. Acesso em: 10 nov 2023.

DA SILVA, M. F.; DO Ó, T. de A. L. F.; DA SILVA, E. A. Violência obstétrica na perspectiva da enfermagem obstétrica no Brasil. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 6, n. 1, 2023. p. 3210–3224. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/57186>. Acesso em: 14 nov 2023



DA SILVA, M. F.; DO Ó, T. de A. L. F.; DA SILVA, E. A.; SPINELLI, C. B.; ALVES, E. R.; DE LIMA, J. R.; MADEIRA, E. B. F.; DE MORAES, K. J. R. Violência obstétrica: a atuação da enfermagem articulada às políticas públicas. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 6, n. 2, 2023, p. 5324–5346. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/58022>. Acesso em: 16 nov 2023

GOMES, A. A. P.; GOMES, R. M.; SILVA, J. M.; VILELA, A. B. A.; MACHADO, J. C.; RODRIGUES, V. P. Abordagem da violência obstétrica na graduação em enfermagem: um estudo de representações sociais. **Contribuciones a las ciencias sociales**, v. 16, n. 9, 2023, p. 18329–18343. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/1925>. Acesso em: 14 nov 2023.

GOMES, A. R. M. *et al.* Assistência de enfermagem obstétrica na humanização do parto normal. **Revista Recien**, São Paulo, v. 11, n. 4, 2014. p. 23-27. Disponível em: <https://recien.com.br/index.php/Recien/article/view/70>. Acesso em: 28 out 2023.

JÚNIOR, A. R. F. *et al.* Percepções de profissionais de enfermagem sobre a humanização em obstetria. **SANARE**, Sobral, v. 14, n. 02, jul-dez, 2015. p. 27-35. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/821>. Acesso em: 27 out 2023.

LIMA, D. B.B.; OLIVEIRA, L.; SILVA, V. C. C. P.; SILVA, A. C. P; TEIXEIRA, D. A. Assistência de enfermagem na prevenção da violência obstétrica: uma revisão de literatura. **Revista Saúde Dos Vales**, v. 5, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/rsv/article/view/1653>. Acesso em: 16 nov 2023.

LIMA, L. C.; SALGUEIRO, L. C. S.; DOS SANTOS, T. A importância da enfermagem nos cuidados contra a violência obstétrica. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 3, 2022. p. 11295-11308. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?start=10&hl=pt-BR&as_sdt=0,5&scilib=1030&scilu=2969834716329756706:0&scisig=AOScLA0AAAAAZVO2HwcAIybel5aphJF64WwtpNU&gmla=AJ1KiT3Jx9HISN38KoRVCC6rtFi7rrRj84-rFy2J540GHD5EZJkOy-awbxdpIzOBRYIDgj7VR120ghmKWIV9OWDcK0_fPHx22okYrnL2uk0r2aujQQ&sciund=4212841513464046897#d=gs_qabs&t=1699985057583&u=%23p%3Dr7aA6FserbQJ. Acesso em: 14 nov 2023

MARIANI, A. C.; NETO, J. O. N. Violência obstétrica como violência de gênero e violência institucionalizada: breves considerações a partir dos direitos humanos e do respeito às mulheres. **Cadernos da Escola de Direito**, v. 2, n. 5, 2016. p. 48-60. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/view/3060>. Acesso em: 05 nov 2023.



MARTINS, F. L. *et al.* Violência obstétrica: uma expressão nova para um problema histórico. **Revista Saúde em Foco**, ed. 11, 2019. p. 413-423. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Viol%C3%Aancia+obst%C3%A9trica%3A+uma+express%C3%A3o+nova+para+um+problema+hist%C3%B3rico.&btnG=#d=gs_qabs&t=1700849767790&u=%23p%3DVV8vfCW6xMIJ. Acesso em: 05 nov 2023.

MARTINS, I. M. *et al.* Atuação da enfermagem diante da violência obstétrica. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 8, 2023. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/13581>. Acesso em: 14 nov 2023.

MELO, A. S. *et al.* Assistência de enfermagem frente à violência obstétrica: Um enfoque nos aspectos físicos e psicológicos. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, 2020. p. 83635–83650. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/19127>. Acesso em: 14 nov 2023.

MELO, K. A. S. R.; ALMEIDA, E. A. de.; PEIXOTO, V. S. Violência obstétrica: a percepção de acadêmicos de enfermagem de uma faculdade do sudoeste goiano. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24449>. Acesso em: 16 nov 2023

NASCER no Brasil. Inquérito nacional sobre parto e nascimento (2011 a 2012), 2019. Disponível em: https://nascernobrasil.ensp.fiocruz.br/?us_portfolio=nascer-no-brasil. Acesso em: 06 nov 2023.

NASCIMENTO, G. S., *et al.* Violência obstétrica: análise conceitual no âmbito da Enfermagem. **Aquichan**, v. 22, n. 4, 2022. Disponível em: <https://revistas.unisabana.edu.co/index.php/aquichan/article/view/19323>. Acesso em: 16 nov 2023.

PEREIRA, J. S. Violência obstétrica: ofensa à dignidade humana. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, v. 15, n. 1, jun-ago, 2016. p. 103-108. Disponível em: <https://repositorio.ufop.br/handle/123456789/6646>. Acesso em: 02 nov 2023.

PEREIRA, V. D. V. *et al.* A atuação do Enfermeiro Obstetra e sua efetividade na educação em saúde às gestantes. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 8, 2020. p. 62890-62901. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/15721>. Acesso em: 27 out 2023.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Ribeiro, J. L. P. Revisão de investigação e evidência científica. **Psicologia, Saúde e Doenças**, Portugal, v. 15, n. 3, 2014. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Revis%C3%A3o+de+investiga%C3%A7%C3%A3o+e+evid%C3%Aancia+cient%C3%ADfica&btnG=#d=gs_qabs&t=1700849867516&u=%23p%3DftGb63SSDJQJ. Acesso em 10 nov 2023.

RUPPENTHAL, G. B.; SOUZA, A. Q. Violência obstétrica e o papel da equipe de enfermagem. **Revista de Saúde Dom Alberto**, v. 8, n. 2, 2020. p. 171-192. Disponível em: <https://revista.domalberto.edu.br/revistadesaudedomalberto/article/view/671>. Acesso em: 16 nov 2023.

SANTOS, B. C.; SGRÓ, R. A. APOLINÁRIO, F. V. As condutas de enfermagem no manejo dos atos de violência obstétrica e suas consequências na saúde da parturiente. **Revista Interdisciplinar Pensamento Científico**, v. 9, n. 1, 2023. Disponível em: <http://reinpec.cc/index.php/reinpec/article/view/1185>. Acesso em 14 nov 2023.

SANTOS, G. V. D. N. dos; QUARESMA, M. L. J. .; ARAÚJO, C. L. F. A enfermagem brasileira e a produção científica acerca da violência obstétrica na perinatalidade. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27899>. Acesso em: 16 nov 2023

VELHO, M. B.; OLIVEIRA, M. E.; SANTOS, E. K. A. Reflexões sobre a assistência de enfermagem prestada à parturiente. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, jul-ago, 2010. p. 652-659. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/RzQR7PgjP4JxdZ98RLs8PfC/?lang=pt>. Acesso em: 28 out 2023.

WINCK, D. R.; BRÜGGEMANN, O. M. Responsabilidade legal do enfermeiro em obstetrícia. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, maio-jun, 2010. p. 464-469. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/rbXYSPHFkV5PZVv6VVX876H/>. Acesso em: 27 out 2023.

Recebido em: 05/12/2023

Aprovado em: 08/12/2023

Publicado em: 10/12/2023